

VALORIZAÇÃO DA RENDA E SUA DIFERENCIAÇÃO COM O PRODUTO NA ECONOMIA LOCAL

Romualdo Kohler¹

RESUMO

Este artigo trata da valorização da renda como uma das variáveis centrais no diagnóstico do estágio de desenvolvimento da economia de municípios. Para dar conta dos propósitos, primeiro se resgata a defesa do método de análise sistêmica no entendimento dessas economias, para depois aprofundar o debate na diferenciação entre produto e renda, a partir de fundamentos teóricos para uma macroeconomia local, pela constatação de que não se pode simplesmente reproduzir os fundamentos macroeconômicos nacionais no espaço municipal. Para corroborar o construto teórico epigrafado se buscou a verificação empírica dos fluxos previdenciários e a análise de sua grandeza em relação com o VAB - Agropecuário em alguns municípios do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontaram para uma supremacia, em valores monetários, dos fluxos previdenciários em todos os municípios selecionados, o que, nem de longe, menospreza a importância econômica do setor primário, entretanto, aponta para a importância da verificação dos fluxos de rendas no dinamismo econômico local.

Palavras chave: Economia local/regional, renda municipal e base monetária local.

¹ Professor do Curso de Ciências Econômicas - DACEC/UNIJUI - cursou graduação em Administração de Empresas, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas, Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC e Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones - UNaM, Misiones/Argentina. Endereço: UNIJUI - Rua do Comércio, 3000, Ijuí/RS, 98700-000, Fone: (55)33320412, E-mail: romualdo@unijui.edu.br.

Introdução

Este trabalho de pesquisa objetiva acalorar o debate sobre a necessidade do olhar sistêmico na economia do território, como uma abordagem metodológica diferenciada na verificação do estágio de desenvolvimento local ou mesmo regional.

No território, se verifica uma economia com especificidades próprias, que conformam um ambiente distinto em relação a uma economia nacional, em especial, por se caracterizar como um espaço de livre fluxo real e monetário, qual seja, de pessoas, bens, serviços, rendas e capitais.

Neste recorte territorial, com estas especificidades, a diferenciação da renda com o produto interno bruto local carece de aprofundamento, a fim de contextualizar a importância econômica do fluxo de rendas no desenvolvimento destas economias.

Para assinalar a contenda em torno destes conteúdos, primeiro se trabalha na defesa do método de análise sistêmica, para depois se caracterizar e diferenciar a economia local, o produto interno e a renda para, por fim, indicar a premência de incursões investigativas nesses temas.

1- Um olhar sistêmico na economia do território

A análise macroeconômica se consolidou na Ciência Econômica com a obra de John Maynard Keynes, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936 e que contrapôs a contemporânea e hegemônica visão microeconômica tradicional da Escola Clássica. Keynes avançou na leitura do desempenho do conjunto da economia e desafiou os teóricos clássicos, em especial, na exacerbação da oferta, na autossuficiência do mercado e no peso das políticas monetária e fiscal no dimensionamento econômico.

Entretanto, para nossos propósitos neste ensaio, se grifa que Keynes plantou a ideia da visão de conjunto e da incerteza quanto ao futuro dos eventos econômicos.

Neste prisma, o de um olhar para o todo, permite vislumbrar a abordagem sistêmica que embasou o pensamento keynesiano.

Ora, sem muitas delongas, é contraproducente, contemporaneamente, afrontar a essência da teoria da complexidade e da teoria do caos. O universo é inegavelmente sistêmico, é composto de infindáveis sistemas menores que interagem entre si, criando um ambiente caótico, incerto, pela quantidade de variáveis instáveis envolvidas. Todas as ciências rumam nesta direção, e a Economia, enquanto produção de bens e serviços e geração/distribuição de renda, não foge a regra.

Em abstração, ao se observar o desempenho das vendas de apenas um produto das gôndolas de um supermercado é factível entender que essa performance não traduz o desempenho total das vendas do supermercado, ou seja, um acréscimo de 10 % no faturamento de café solúvel, por exemplo, não determina, por si só, que o faturamento do supermercado cresça em 10%. Da mesma forma, uma queda de 5% nas vendas totais da empresa não implica, por si só, em decréscimo de 5% nas vendas do café solúvel.

Na economia local, por extensão, o desempenho da agregação de valor por um agente econômico, como um supermercado, não traduz por completo a evolução do produto interno bruto territorial e, vice-versa. Nesta direção, o PIB local é parte do PIB regional, que é integrante do estadual, que pertence ao nacional e assim por diante.

Isto implica em abstrair que as partes não são justapostas no todo e que um sistema complexo é formado de inúmeros outros sistemas complexos que interagem entre si.

Ao descortinar o palco das partes e do todo, contracenam metodologias distintas de análise, a dos sistemas integrantes, das partes, dos agentes microscópicos, e a do sistema integrador, do todo, do conjunto macroscópico. Em suma, simplesmente são abordagens diferenciadas de análise, que produzem leituras próprias, visto que são olhares de pontos distintos.

Assim, passa a ser pertinente a oportunidade de um olhar sistêmico na verificação do estágio de desenvolvimento socioeconômico de um município e/ou região, o que aponta que, para além de estudos no ambiente microeconômico local, necessário se faz uma visão de conjunto, macroscópica, do todo do território, na direção de produzir outras leituras que subsidiem ações de planejamento e intervenção na economia do local.

No Brasil, os 5.570 municípios contabilizados pelo IBGE, em 2013, são desprovidos de capacidade instalada para diagnosticar o conjunto de suas economias,

seja pela falta de um grupo técnico especializado, seja pela falta de indicadores primários e secundários que permitam uma visão sistêmica do território.

O PIB - Produto Interno Bruto desses municípios, o único indicador disponível do conjunto da produção, é divulgado pelo IBGE com três anos de defasagem. Qual empresa pode ser bem gerida com informações de seu faturamento com tamanho hiato temporal? Não é prova irrefutável de que a economia local não possui uma governança estruturada?

Não bastasse, simplesmente inexistem dados sobre os fluxos da demanda agregada, como o consumo das famílias, o investimento produtivo, as exportações e importações para fora do território. Urgem também estudos sobre os estoques de fatores de produção, a base monetária, o volume de financiamento da economia, a disponibilidade de poupança local, entre outros.

Em termos teóricos, aflora questionar se o PIB é o único, ou o melhor, indicador para medir o estágio de desenvolvimento territorial? Não existem outros indicadores macroscópicos de deveriam ser considerados em diagnósticos e análises das economias locais? Esse questionamento acalenta o debate a seguir.

2- A diferenciação entre os fundamentos da macroeconomia local e nacional

Em termos de contabilidade social², talvez um dos maiores gargalos esteja na atual insuficiência para trabalhar com um balanço patrimonial, o que indica a simples mensuração de fluxos reais e monetários, sem a consideração de estoques iniciais e finais de fatores de produção³. Isto é um limite extremo que dificulta o diagnóstico e a análise da efetiva capacidade de produção e geração de riqueza de uma economia.

Os fluxos indicam variações quantitativas entre dois pontos no tempo, enquanto os estoques indicam os saldos em um determinado ponto no tempo. Assim como, no destaque anterior, a quantia de R\$ 100.000,00 representa o fluxo anual de renda do

² A contabilidade social expressa a mensuração da economia e está alicerçada nas equações, a partir da demanda agregada, desenvolvidas pela teoria keynesiana.

³ Em termos macroeconômicos, os fatores de produção são a mão-de-obra, a terra (recursos naturais), o capital financeiro e o capital tecnológico, que no sistema capitalista são de propriedade privada (das famílias) e são remunerados respectivamente por salários, aluguéis, juros e lucros.

agente, o PIB representa o fluxo de produção/renda de uma economia em um determinado período de tempo. Nem um, nem outro, simplesmente por seu volume, permitem uma análise mais qualitativa.

Logicamente que, quanto maior o fluxo, maior é o índice de riqueza, de capacidade produtiva, pois o estoque influencia no fluxo. O que se está aqui questionando, é que não basta simplesmente analisar o fluxo pelo fluxo e, sim, se deve analisar também as variações que o fluxo produz no estoque, no sentido de ampliar ou reduzir a riqueza ou a capacidade produtiva da economia.

Assim, não basta a simples análise da evolução do PIB para dimensionar uma economia, mas, sim, também verificar que variação no estoque produtivo, ou de riqueza, o fluxo produziu. Estoques são alterados por eventos, por fluxos de entrada e de saída, todavia, em termos econômicos, nem todo o fluxo de produção/renda vai alterar o estoque produtivo ou de riqueza de uma economia. Descortina-se o palco para discutir as variáveis que podem interferir neste processo. (KOHLENER, 2011, p. 190).

Com estas considerações, se abrem as comportas para indicar diferenças teóricas substantivas entre os fundamentos da macroeconomia nacional e local, em especial, no dimensionamento da base monetária local (ver KOHLER, 2003) e na relação entre investimento e poupança, com a valorização dos estoques de fatores de produção na definição do produto e da renda locais (ver KOHLER, 2011).

Primeiramente, no trato da base monetária, ao contrário da conformação teórica da exogeneidade da oferta de moeda em uma economia nacional, se assume que no local essa oferta é endógena, ou melhor, que o dimensionamento da quantidade de moeda física oficial se dá pelo fluxo de rendas da economia local com seu exterior.

Como a principal função da moeda é de se constituir como intermediária das trocas se aponta para a dependência intrínseca do desempenho econômico à sua disponibilidade, o que, de pronto, dimensiona a importância da avaliação do fluxo de rendas.

Em segundo lugar, todas as reflexões sobre crescimento econômico recaem na configuração da identidade entre investimento, enquanto ampliação da capacidade produtiva⁴ da economia, e poupança, enquanto fonte de recursos ao investimento.

Entretanto, para avançar no debate se requer entender as diferenças fundantes no âmago do pensamento econômico. Assim, a conhecida Lei de Say, que pavimentou o pensar dos expoentes da primeira escola científica, a clássica, indica que toda a produção gera uma renda de igual valor, de modo que qualquer produção teria a sua realização garantida. Neste contexto, o único limite para acumulação de capital está na disponibilidade de recursos, entendidos como poupança própria.

Sucedaneamente, a evolução do sistema financeiro, com o incremento da dinâmica de intermediação de recursos entre poupadores e investidores, se conformou o ambiente de análise dos neoclássicos, que consideravam a taxa de juros como o preço do capital regulado pelo jogo de mercado entre os dois grupos de agentes, assumindo o papel de regulador entre a poupança global e o investimento global. Embora o poupador e o investidor não sejam mais os mesmos agentes, defendiam a consistência da Lei de Say, com o equilíbrio global entre poupança e investimento. A preferência pela oferta e a precedência da poupança sobre o investimento estavam preservados.

O efeito causalidade, contudo, se altera radicalmente nos modelos de Keynes, onde o investimento não mais é visto como resultante da poupança, mas, sim, do contrário, como criador de poupança. A taxa de juros passa a ser interpretada como uma variável unicamente monetária, ao invés do conceito regulador. O pensamento keynesiano induz que o determinante do investimento passa a ser a eficiência marginal do capital, que, por sua vez, é definida como a expectativa de lucro dada uma expectativa de demanda efetiva. Uma análise comparativa entre a taxa de juros de curto prazo e a eficiência marginal do capital seria a âncora da decisão de investir.

⁴ As variações de estoques, enquanto produção não realizada, são parte integrante do investimento, mas aqui não será tratada para facilitar a reflexão.

Assim, a demanda passa a assumir um papel decisivo no dimensionamento econômico, em oposição à supremacia da oferta dos preceitos da Lei de Say. Da mesma forma, ao invés da poupança preceder o investimento, este é defeso como gerador de poupança.

Neste contexto, em uma economia fechada, Keynes apontou que o consumo e o investimento são variáveis *ex-ante*, enquanto a poupança é uma variável *ex-post*, ou de outra forma, que o investimento realizado gera uma poupança de igual valor. Essa variável poupança, se configura então como uma poupança produtiva, pela sua intrínseca relação com a ampliação da capacidade produtiva da economia, já que se traduz no resultado direto do investimento produtivo, defendido no pensamento keynesiano e, não, fonte de financiamento do investimento, como apregoavam os clássicos.

Ao trazer este debate para a economia local, caracterizada como uma economia aberta por excelência, se carece avançar na abstração, para apontar que as transações correntes do território com seu exterior implicam fluxos de ingressos ou saídas monetárias, pelo desempenho conjunto de bens, de serviços de não-fatores e de rendas. Quando o fluxo é positivo⁵ aponta para uma renda não consumida internamente e, portanto, uma poupança gerada. Já um fluxo negativo, aponta o inverso, que o desempenho da economia local está sendo financiado pela redução de seus ativos monetários/financeiros ou por capitais externos.

Portanto, aqui se defendeu que o investimento é uma variável *ex-post* em relação ao estoque monetário e financeiro, interno ou externo, e *ex-ante* em relação à poupança produtiva, enquanto que a poupança financeira é variável *ex-post* em relação às transações correntes da economia com seu exterior. A poupança total expressa esses dois movimentos gerados no fluxo de produção, produtivo e financeiro, sendo, por consequência, também uma variável *ex-post* e, não, fonte de financiamento do

⁵ A literatura econômica, ao trabalhar com a poupança externa para uma economia nacional, considera o resultado negativo como poupança, ao contrário do que se está defendendo para a economia local.

investimento, como aponta a literatura referenciada.
(KOHLENER, 2011, p. 209).

Em síntese, no dimensionamento da economia local, a poupança total, na ótica defendida por Kohler, é a expressão do somatório entre a poupança produtiva, determinada pelo investimento produtivo que amplia a capacidade da economia em produzir bens e serviços, e pela poupança financeira, resultado do desempenho de suas transações correntes com o exterior, que amplia os estoques monetários e/ou financeiros.

Neste cenário, se pode constatar que o fluxo de rendas com o exterior, que altera os estoques monetários e/ou financeiros da economia local, também aponta à formação de recursos disponíveis para financiamento do investimento, variável condicionante do crescimento econômico local.

Portanto, a poupança produtiva é um fluxo que altera o estoque/capacidade produtivo, enquanto a poupança financeira é um fluxo que altera o estoque monetário/financeiro. Os fluxos econômicos estão condicionados pelos estoques iniciais, assim como, provocam alterações nos estoques finais de fatores de produção.

3- A caracterização do produto e da renda no território local

Com essa fundamentação, se avança para o foco em teorias que procuram explicar a dinâmica do crescimento econômico local, motivação que leva a pinçar a Teoria da Base Exportadora e a Teoria da Base Econômica e que, neste momento, atendem os propósitos dessa reflexão.

A primeira, desenvolvida por Douglas North (apud Souza, 1997) divide a economia local em dois setores: o básico e o não básico. O setor básico está voltado para as trocas de bens e serviços com o exterior e, por sua capacidade de gerar um fluxo monetário/financeiro convergente, dá a dinâmica à economia local, enquanto o setor não básico se traduz no mercado interno e é, pelo condicionamento monetário, dependente do desempenho econômico do outro setor.

As atividades básicas independem do nível da renda interna, já que sua produção de bens e serviços se volta ao exterior, ou seja, é direcionada pela demanda externa.

Segundo Souza (1980), o setor básico constitui então o motor do crescimento local por irradiar efeitos multiplicadores sobre as atividades não básicas, por sua agregação de renda externa (fluxos monetários/financeiros convergentes).

Por outro lado, as atividades não básicas estarão condicionadas, pela disponibilidade de renda, pelo desempenho do setor dinâmico e pela forma de distribuição da renda internamente. Uma base exportadora dinâmica e diversificada, historicamente, tem estimulado o crescimento de diferentes regiões e países, não apenas porque elas constituem parte do produto total, mas principalmente porque exercem efeitos multiplicadores sobre o crescimento do setor de mercado interno (SOUZA, 2008, p. 273).

Neste contexto, a dinâmica do setor exportador tem a capacidade de produzir efeitos positivos de caráter direto, indireto e induzido nesta economia. Primeiro, de forma direta, pela produção de uma nova atividade, com geração de emprego e renda, segundo, indiretamente, pelos efeitos dos encadeamentos, ex-ante e ex-post, exercidos sobre a mesma cadeia produtiva e, finalmente, pelos efeitos induzidos que a renda gerada por esta nova atividade, por sua circulação, exerce sobre outras atividades econômicas, em especial, do setor não básico.

Já a Teoria da Base Econômica, avança no dimensionamento do setor básico. Para além das trocas de bens e serviços, inclui os demais fluxos monetários com o exterior, mas mantém o dimensionamento dos setores básico e não básico. Neste contexto, fluxos monetários convergentes e/ou divergentes por tributos, turismo, transferências diversas (aposentadorias, pensões, bolsa família, salário desemprego, entre outros), para além de financiamentos e empréstimos bancários, investimentos diretos estrangeiros, contribuem para definir a base monetária local, como limite às atividades econômicas locais, visto que a moeda se constitui no véu para as trocas.

Na direção de ratificar a Teoria da Base Econômica, Kohler (2011) estruturou uma Balança de Pagamentos Local que expressa os fluxos de reais e monetários do território local com seu exterior, por trocas de bens, de serviços de fatores e não fatores de produção, de rendas e de capitais.

A estrutura proposta tem inspiração na balança de pagamentos de economias nacionais, todavia, redesenha a conta de transações correntes em três subcontas: de

bens, enquanto ingresso e saída de produtos tangíveis, de serviços, enquanto ingresso e saída de produtos intangíveis (serviços diversos, turismo...) e de rendas, enquanto agregação e desagregação por rendas de fatores de produção, transferências e tributos. Também, no balanço monetário trabalha com subcontas de reservas em moedas e reservas em depósitos bancários, para além de indicar os movimentos nos estoques monetários e financeiros.

Quadro 1 - Modelo de Balança de Pagamentos da Economia Local

BALANÇA DE PAGAMENTOS DA ECONOMIA LOCAL
<i>I - Conta de Transações Correntes (CTC) = (Bb + Bs + Br)</i>
1- Balanço de Bens (Bb)
<i>1.1- (Xb) Agregação por exportação de bens</i>
<i>1.2- (Mb) Desagregação por importações de bens</i>
2- Balanço de Serviços de Não-Fatores (Bs)
<i>2.1- (Xs) Agregação por exportações de serviços</i>
<i>2.2- (Ms) Desagregação por importações de serviços</i>
3- Balanço de Rendas (Br)
<i>3.1- (Rr) Agregação de rendas (transferências públicas, juros, lucros)</i>
<i>3.2- (Re) Desagregação de rendas (tributos estaduais e federais, juros, lucros)</i>
<i>II - Conta de Capitais (CK) = (Bka + Bm) = (-) (CTC)</i>
4- Balanço de Capitais Autônomos (Bka)
<i>4.1- Empréstimos e Financiamentos</i>
<i>4.2- Amortizações de Dívidas</i>
<i>4.3- Investimentos Diretos</i>
5- Balanço monetário (Bm) = (-) (CTC + Bka)
<i>5.1- Reservas em papel-moeda</i>
<i>5.2- Reservas bancárias</i>
Movimentos no Estoque Financeiro (Ef) = (CTC) = (-) (CK)
Movimentos no Estoque Monetário (Em) = (-) (Bm) = (CTC+ Bka)

Fonte: KOHLER (2011, pg. 203)

Nesta estrutura, os termos agregação e desagregação indicam os movimentos monetários de entrada e saída, indicando que, em termos de demanda agregada (DA), o produto interno (PI) deve representar toda a agregação e descontar toda a desagregação por bens (X_b e M_b) e serviços de não-fatores (M_b e M_s), conforme expresso na equação (1), a seguir:

$$PI = DA = C + I + (X_b - M_b) \quad (1)$$

Em outras palavras, o produto interno expressa o resultado monetário de toda a produção interna de bens e serviços de não-fatores, destinada a atender a demanda interna (C =consumo das famílias e I = investimento) e externa da economia (X_b) descontadas os bens e serviços importados (M_b), em um determinado espaço de tempo.

Entretanto, o balanço de rendas não ser visto com os mesmos olhos do produto interno, simplesmente porque não expressa um fluxo de produção. A estruturação proposta da balança de pagamentos permite clarificar o conceito de renda municipal (RM), que, em termos monetários/financeiros, incorpora aos valores da produção interna a agregação de rendas/transferências recebidas de residentes do local, descontadas a desagregação por rendas/transferências enviadas para não-residentes, ou seja, conforme mostra a equação (2), a renda municipal corresponde ao valor monetário do produto interno mais o saldo do balanço de rendas:

$$RM = PI + Br \quad (2)$$

Assim, a equação (2) indica que, quando o balanço de rendas for positivo, o produto interno será menor que a renda local, pela agregação líquida de fatores de produção/transferências e, vice-versa.

Portanto, quanto maior a capacidade da economia local de agregar renda do exterior, respectivamente maior é sua renda municipal.

Isso nos permite apontar que o saldo da balança de transações correntes representa um fluxo líquido de ingresso ou saída de pagamentos, pelo desempenho conjunto dos balanços de bens, de serviços de não-fatores e de rendas. (KOHLENER, 2011, p. 205).

Este cenário nos remete a ratificar que os fluxos alteram os estoques, anteriormente defendido, assim como, que o fluxo de rendas do território com seu exterior define a disponibilidade monetária/financeira da economia local. Essa premissa corrobora a geração da poupança financeira, ou seja, um fluxo positivo indica uma renda não consumida internamente, enquanto que, um fluxo negativo expressa que um fator exógeno (expresso na balança de capitais ou balanço monetário) financiou a economia interna no período.

Neste contexto, a condição básica para que o fluxo de produção altere positivamente o estoque de riqueza produtiva, monetária e/ou financeira é a geração de poupanças. De outra forma, um aumento na poupança total significa uma ampliação da capacidade produtiva da economia (poupança produtiva) e/ou uma expansão do estoque financeiro/monetário (poupança financeira) e, assim, quantitativamente, representando, de uma ou outra forma, um incremento na riqueza total dessa economia, umbilicalmente ligado ao crescimento econômico.

Partindo das premissas anteriormente defendidas de que os estoques condicionam os fluxos e que, por sua vez, os fluxos alteram os estoques, com a consequente valorização da renda neste processo, a verificação dos fluxos com o exterior incorpora um papel de destaque para ações de gestão do crescimento econômico local.

4- A necessidade e oportunidade de estudos da visão sistêmica na economia local

Já foi aqui referenciado que o a economia dos municípios brasileiros não é gestada em termos macroeconômicos, referência essa com o fim de fustigar inversões investigativas. Primeiro, se defendeu a falta de governança pela inexistência de capacidade instalada para tal e, segundo, pela desatualização e escassez de indicadores de desempenho.

Nesta linha de raciocínio e na direção de corroborar as premissas levantadas, se buscou dados disponíveis sobre um tipo de fluxo de rendas, o das aposentadorias e pensões da previdência pública federal, que, nos últimos anos, tem aumentado sua

importância relativa na formação da renda da maioria dos municípios país afora, comparando-o com o fluxo de arrecadação da mesma previdência.

Assim, para valorizar a renda local e diferenciá-la do produto local, o Quadro 2 apresenta o fluxo monetário da previdência pública⁶ em cinco dos maiores municípios em população da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados mostram as rendas convergentes, pelo ingresso de aposentadorias e pensões, e rendas divergentes, pela saída de tributos arrecadados pela previdência. O quadro mostra ainda as relações destas variáveis com o Produto Interno Bruto dos municípios, para dimensionar o peso econômico destes fluxos.

Quadro 2: Relação entre benefícios e arrecadação da previdência pública com o PIB de municípios selecionados, no ano de 2010.

Descrição	Cruz Alta	Ijuí	Panambi	Santo Ângelo	Santa Rosa
Valor Benefícios	102.902.226	143.618.990	69.150.273	144.384.439	121.313.225
Valor Arrecadação	52.123.465	55.146.471	46.700.811	44.164.320	63.007.910
Saldo INSS	50.778.761	88.472.519	22.449.462	100.220.119	58.305.315
PIB	1.707.903.000	1.817.366.000	999.966.000	1.264.701.000	1.574.884.000
Benefícios / PIB	6,03	7,90	6,92	11,42	7,70
Saldo / PIB	2,97	4,87	2,25	7,92	3,70

Fonte: Dados INSS: SINTESE/DATAPREV; Dados PIB: FEE.

Pelos dados, se verifica a importância dos benefícios pagos pela previdência pública nas unidades selecionadas, com destaque para Santo Ângelo, cujo montante pago representou, em 2010⁷, expressivos 11,42% do seu PIB, desempenho superior aos demais municípios, embora sem desprezar suas grandezas econômicas, quais sejam, de 6,03% em Cruz Alta, 6,92% em Panambi, 7,70 em Santa Rosa e 7,90% em Ijuí.

Quando se avalia o fluxo líquido de rendas, ou seja, o cotejo entre a arrecadação previdenciária com o valor dos benefícios pagos, Santo Ângelo também apresenta a melhor performance, com 7,92% de seu PIB, seguido por Ijuí 4,87%, Santa Rosa 3,70%, Cruz Alta 2,97% e Panambi 2,25%, respectivamente.

⁶ Os dados são referentes aos fluxos monetários da previdência pública federal, portanto não estão enquadrados valores pagos pelos sistemas estaduais e municipais e pela previdência privada.

⁷ Embora estejam disponíveis dados mais atualizados de arrecadação e benefícios, se utilizou os do ano de 2010, por ser este o ano da última estatística do PIB.

De pronto se conclui que, neste recorte de rendas, a renda previdenciária recebida é maior que a renda previdenciária enviada, o que, nestas circunstâncias (*ceteris paribus*⁸) indicaria uma renda municipal maior que o produto municipal⁹.

Para grifar ainda mais o peso econômico dos benefícios pagos e do fluxo previdenciário líquido, se buscou a participação da agropecuária na economia dos municípios, até porque todos possuem suas raízes na agropecuária. Nesta direção, os dados do Quadro 3 trazem a relação das estatísticas previdenciárias com os valores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Valor Adicionado Bruto (VAB), a preços correntes, da Agropecuária e Total por município, também no ano de 2010.

Merece referência, que a opção pelo VAB se deu pela disponibilidade das estatísticas e que a diferença entre o Produto Interno Bruto a preços de mercado e o Valor Adicionado Bruto a preços de mercado são os impostos, líquidos de subsídios, sobre os preços correntes, o que nos permite um olhar qualificado sobre o impacto dessas variáveis na economia dos municípios.

Quadro 3: Relação entre o VAB Agropecuário com o respectivo VAB Total, a preços de mercado, nos municípios selecionados, no ano de 2010.

Descrição	Cruz Alta	Ijuí	Panambi	Santo Ângelo	Santa Rosa
VAB Total	1.518.466.000	1.637.932.000	887.923.000	1.156.511.000	1.420.378.000
VAB - Agropecuário	90.564.000	92.533.000	53.614.000	72.609.000	73.053.000
VAB Agrop. - PIB	5,96	5,65	6,04	6,28	5,14
Valor Benefícios	102.902.226	143.618.990	69.150.273	144.384.439	121.313.225
Valor Arrecadação	52.123.465	55.146.471	46.700.811	44.164.320	63.007.910
Benefícios / VAB	6,78	8,77	7,79	12,48	8,54
Saldo / VAB	3,43	3,37	5,26	3,82	4,44

Fonte: IBGE, em parceria com a FEE.

Os dados expressos no Quadro 3 mostram que os benefícios pagos em pensões e/ou aposentadorias superam o VAB agropecuário em todos os municípios selecionados, no ano de 2010, ou melhor, que a renda convergente pela transferência dos benefícios pagos no ano supera o valor do produto gerado diretamente pela

⁸ A condição “*ceteris paribus*” é utilizada pela Ciência Econômica para avaliar os efeitos de alterações de variáveis, considerando “tudo o mais constante”. No caso referenciado, se quer indicar que se todas as demais estiverem congeladas, o fluxo convergente de rendas aponta para a renda superior ao produto.

⁹ Logicamente que o fluxo previdenciário não é reflexo, por si só, do balanço de rendas, todavia não se pode desconsiderar seu peso econômico.

agropecuária local, em Santo Ângelo, respectivamente, 12,48% e 6,28%, Ijuí 8,77% e 5,65%, Santa Rosa 8,54 e 5,14%, Panambi 7,79% e 6,04 e Cruz Alta 6,78% e 5,96%. Assim, o peso econômico das aposentadorias e pensões se engrandece nos municípios, até porque representam um efetivo ingresso mensal de recursos, que, para além de sua agregação direta, também produz efeitos multiplicadores induzidos nas economias locais.

De outra forma, o saldo líquido do fluxo previdenciário nos permite referenciar a diferenciação entre produto e renda, e abstrair, conforme referenciamos, que, em uma condição “ceteris paribus”, a renda municipal seja superior ao produto interno municipal, já que todos os municípios apresentaram saldos positivos de ingresso de recursos: Panambi - 5,26% do VAB, Santa Rosa - 4,44%, Santo Ângelo - 3,82%, Cruz Alta - 3,43% e Ijuí - 3,37%, respectivamente.

Como nosso propósito não é esgotar o tema, muito pelo contrário, de destacar a necessidade e oportunidade de ampliar as incursões investigativas na área, se entende que a importância da diferenciação entre renda e produto restou comprovada e serve de subsídio para estudos de análise-diagnóstico do estágio de desenvolvimento de um território.

Considerações finais

Contribuir na governança da economia local se conformou como a meta central dessa reflexão. De início, se epigrafou a complexidade de variáveis que interagem no ambiente e que a visão sistêmica é fundamental para o entendimento da economia neste recorte territorial, em complemento a outras metodologias comumente utilizadas.

De outra forma, para se falar em governança, necessário se faz a significação das variáveis envolvidas no processo e, nesta direção, se trabalhou com o destaque da valorização da renda e de sua diferenciação com o produto local. Um fluxo líquido positivo de rendas eleva os estoques monetários/financeiros do local e se torna decisivo no dimensionamento das economias municipais.

A relação dos fluxos previdenciários com o VAB - Agropecuário seguiu na mesma direção, a de qualificar a importância da renda e diferenciá-la do produto local,

sem querer menosprezar o setor primário, que produz importantes efeitos diretos à economia, para além de efeitos indiretos, ao longo da cadeia produtiva, e de efeitos induzidos pela circulação da renda gerada. Entretanto, a superação, em valores monetários, corrobora a grandeza do peso econômico das transferências previdenciárias.

Longe de esgotar questionamentos, a inspiração do artigo foi a de despertar a necessidade e oportunidade de maiores incursões investigativas, com vistas à governança da economia local.

Referências bibliográficas

- BERCHUELLI, Francisco O. **Economia Monetária**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CARVALHO, F. C., et. al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Mainard Keynes**. 7^a ed., São Paulo: Pioneira, 1986.
- FEIJÓ, C. A., et. al. **Contabilidade Social: O Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- GORDON, R. J. **Macroeconomia**. Tradução de Eliane Kanner, Porto Alegre: Boochman, 2000.
- HOWELLS, P., BAIN, K. **Economia Monetária: Moedas e Bancos**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- KOHLER, Romualdo. **Os fundamentos da macroeconomia local**. Taubaté: Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR, n.3, v.7, p.186-211, set./dez. 2011.
- KOHLER, Romualdo. **Simulações acerca da relação entre oferta de moeda e crescimento de pequenas economias abertas**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.
- LOPES, J. C., ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. 6^a ed., São Paulo: Atlas, 1992.
- MANKIN, Gregory N. **Macroeconomia**. 3^a ed., Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: BPCS, 1993.

MISHKIN, F. S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros**. 5ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000.

PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PORTUGAL, M. S. & SOUZA, N. J. **Fatores de crescimento da Região Sul, 1960/1995**. Série Textos para Discussão nº 98/06, www.ufrgs.br/cpge/, 1998.

SKIDELSKI, Robert. **Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

Sites consultados:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php,

pesquisa em 14/10/2013, às 16:30 hs.

<http://www.previdencia.gov.br/estatsticas-municipais-2000-a-2010/>, pesquisa em 17/10/2013, às 9:32 hs.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=21&z=t&o=4&i=P>, pesquisa em 17/10/2013, às 10:06 hs.